



JUCESP PROTOCOLO  
1289451/07-2

COLEGIADA



**ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, COM  
GARANTIA REAL, DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO  
PAULO - VIAOESTE S/A**

Pelo presente instrumento particular:

i. **Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S/A**, sociedade anônima com sede na Estrada Gregório Spina, 1001, Distrito Industrial, CEP 18.147-000, na Cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.415.408/0001-50, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("EMISSORA"); e

ii. **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, distribuidora de títulos e valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("AGENTE FIDUCIÁRIO"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da EMISSORA ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, com Garantia Real, da Concessionária Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S/A ("ESCRITURA"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A ESCRITURA é firmada com base na autorização deliberada pela assembléia geral extraordinária da EMISSORA realizada em 06 de julho de 2007 ("AGE").

1.2. A AGE da EMISSORA delegou poderes ao conselho de administração para definir a taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, após realizado o procedimento de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400/03"), bem como autorizou a diretoria da EMISSORA a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais ("Coordenadores") para proceder à colocação pública das Debêntures, após o competente registro da EMISSÃO, conforme definido abaixo, na CVM.

JUCESP

## **CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

JUCESP

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real ("Debêntures") da EMISSORA ("EMIÇÃO"), será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias**

2.1.1. A ata da AGE que deliberou sobre a presente EMISSÃO será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente ESCRITURA também serão arquivados na JUCESP. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a remuneração aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.2 acima.

### **2.2. Inscrição da ESCRITURA**

A ESCRITURA e seus aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

### **2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A EMISSÃO deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM nº 400/03.

### **2.4. Registro para distribuição no mercado primário**

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário na (i) Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLIC") por meio do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada na CBLIC, e (ii) Câmara de Custódia e Liquidação (Entidade de Mercado de Balcão Organizado, "CETIP"), através do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA ("ANDIMA"), sendo a liquidação financeira e a custódia das Debêntures processadas pela CETIP.



## **2.5. Registro para negociação no mercado secundário**

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário na (i) CBLIC por meio da Bovespa Fix, sendo os negócios liquidados na CBLIC; e (ii) CETIP, através do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP.

## **2.6. Registro dos Contratos de Garantia**

Os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), nos quais serão formalizadas as garantias mencionadas nas Cláusulas 3.6 e 3.13 abaixo, deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo o respectivo penhor das ações devidamente averbado no Livro de Registro de Ações da EMISSORA, nos termos do disposto no artigo 39 da Lei 6.404/76.

## **2.7. Registro na ANBID**

A EMISSÃO deverá ser registrada junto à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID") no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

## **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS TRÊS SÉRIES**

As Debêntures desta EMISSÃO terão as seguintes características e condições:

### **3.1. Valor Total e Número da EMISSÃO**

O valor total da EMISSÃO é de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo. Esta ESCRITURA representa a primeira emissão de debêntures da EMISSORA. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, a critério da EMISSORA, em até 35% (trinta e cinco por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida, sendo 20% (vinte por cento) em virtude do exercício da opção da quantidade adicional, e 15% em virtude do exercício da opção de



debêntures do lote suplementar, nos termos dos artigos 14, § 2º e 24 da Instrução CVM nº 400/03, respectivamente.

### 3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

### 3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures. A EMISSÃO será realizada em três séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado em procedimento de *bookbuilding*.

### 3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLIC, será expedido por este relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLIC.

### 3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

### 3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, a ser constituída através de um Contrato de Penhor e Outras Avenças, a ser celebrado entre (i) a EMISSORA, (ii) o AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os Debenturistas, e (iii) a Companhia de Concessões Rodoviárias ("CCR"); ("Contrato de Penhor"), cuja minuta é parte integrante desta ESCRITURA como Anexo I. Uma vez celebrado o Contrato de Penhor, o mesmo formalizará o penhor em favor dos Debenturistas, dos seguintes bens e direitos:

EMISSÃO

(a) valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% (cem por cento) do produto oriundo da cobrança do pedágio, em toda a extensão do Sistema ViaOeste, bem como das receitas auferidas pela EMISSORA decorrentes de todos e quaisquer direitos que gerem receita em virtude do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo);

(b) todos os direitos aos montantes depositados nas Contas Correntes (conforme definido no Contrato de Penhor) detidas pela EMISSORA e as respectivas Aplicações Financeiras (conforme definido no Contrato de Penhor) realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; e

(c) 100% (cem por cento) das ações de emissão da EMISSORA detidas pela CCR.

3.6.1. Observado o disposto na Cláusula 9.1 (p) (v) abaixo, na hipótese de a Companhia celebrar contratos de empréstimos ("Dívidas Adicionais") com credores adicionais ("Credores Adicionais"), estes compartilharão com os Debenturistas, proporcionalmente ao valor de suas dívidas, as mesmas garantias previstas nos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo),

3.6.2. Ao subscrever as Debêntures no mercado primário ou adquiri-las no mercado secundário, cada Debenturista estará aprovando automática, voluntária, incondicional, irrevogável e irrevogavelmente, independentemente da realização de qualquer assembleia geral de Debenturistas, a formalização pelo Agente Fiduciário, de termo aditivo aos Contratos de Garantia, nos termos ali previstos, de forma a contemplar as Dívidas Adicionais e os Credores Adicionais.

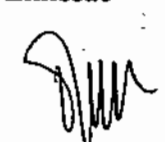
### 3.7 Limite de Emissão

A presente EMISSÃO atende ao limite estabelecido na alínea "a", parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei 6.404/76, uma vez que o valor total das Debêntures é inferior a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens a serem empenhados em favor dos Debenturistas por meio do Contrato de Penhor, principalmente com relação ao penhor das ações de emissão da EMISSORA detidas pela CCR, ainda que se considere o menor valor de avaliação dessas ações, qual seja R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões reais), conforme laudo de avaliação elaborado pela PricewaterhouseCoopers, constante do prospecto da EMISSÃO.

Garantia Real: R\$ 1.300.000.000,00

Limite da Emissão = 80% de R\$ 1.300.000.000,00 = R\$ 1.040.000.000,00

Valor da Emissão = R\$ 650.000.000,00 = 62,5% do Limite da Emissão



Limite da Emissão > Valor da Emissão

### 3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de julho de 2007 ("Data de Emissão").

### 3.9. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela EMISSORA no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou através da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

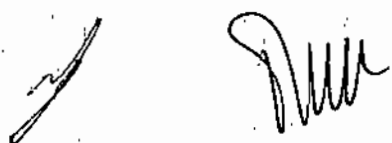
### 3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente ESCRITURA, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### 3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à EMISSORA no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos do Rendimento das Debêntures (conforme definido nas Cláusulas 4.4, 5.4 e 6.4) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

### 3.12. Mora do Debenturista



Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.11 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA nas datas previstas nesta ESCRITURA, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

### 3.13. Garantias Adicionais

Além do Contrato de Penhor descrito na Cláusula 3.6 acima e cuja minuta consta do Anexo I a esta ESCRITURA, será celebrado também um Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os Debenturistas ("Contrato de Cessão", sendo o Contrato de Cessão e o Contrato de Penhor denominados em conjunto de "Contratos de Garantia"), cuja minuta é parte integrante desta ESCRITURA como Anexo II. Uma vez celebrado o Contrato de Cessão, o mesmo formalizará a cessão pela EMISSORA em favor dos Debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de forma irrevogável e irretratável, da totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do Poder Concedente (conforme definido abaixo), na ocorrência de qualquer hipótese de extinção do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo).

### 3.14. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Cruzeiro do Sul e Valor Econômico, devendo a EMISSORA avisar o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação até 5 (cinco) dias úteis antes da sua ocorrência.

### 3.15. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta ESCRITURA, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:



Para a EMISSORA:

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.**

Estrada Gregório Spina, 1100  
Distrito Industrial, Araçariguama  
Departamento de Relações com Investidores  
Telefone: 11-4136-6003  
Fax: 11-4136-6121  
E-mail: cvm@viaoeste.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca  
22640-102 – Rio de Janeiro – RJ  
At.: Maurício da Costa Ribeiro  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

**Banco Itaú S.A.**

At.: Sr. José Nilson Cordeiro  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar  
04344-902 – São Paulo – SP  
Tel: (11) 5029-1317  
Fax: (11) 5029-1917

Para a CETIP:

**CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação**

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
01009-000, São Paulo, SP  
At. Área de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a CBLIC:

**Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia**

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar





01013-001, São Paulo, SP

At. Walderez Zito

Telefone: (11) 3233-2102

Fax: (11) 3233-2423

E-mail: wzito@bovespa.com.br

### **3.16. Destinação dos Recursos**

O montante líquido obtido pela EMISSORA com a distribuição das Debêntures será utilizado, nesta ordem, para (i) pagar empréstimo-ponte; (ii) pagar dívidas; (iii) reforçar capital de giro; e (iv) pagar dividendos.

## **CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE**

### **4.1 Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado na primeira Série ("Debêntures da 1ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado em procedimento de *bookbuilding*.

### **4.2. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 96 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de julho de 2015, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento I (conforme abaixo definido) eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos desta ESCRITURA.

### **4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização I"):



Data da Amortização I	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1º de julho de 2008	R\$666,00
1º de janeiro de 2009	R\$666,00
1º de julho de 2009	R\$666,00
1º de janeiro de 2010	R\$666,00
1º de julho de 2010	R\$666,00
1º de janeiro de 2011	R\$666,00
1º de julho de 2011	R\$666,00
1º de janeiro de 2012	R\$666,00
1º de julho de 2012	R\$666,00
1º de janeiro de 2013	R\$666,00
1º de julho de 2013	R\$666,00
1º de janeiro de 2014	R\$666,00
1º de julho de 2014	R\$666,00
1º de janeiro de 2015	R\$666,00
1º de julho de 2015	R\$676,00

Farão jus à Amortização I e aos juros, os titulares das Debêntures da 1ª Série ao final do dia útil anterior ao pagamento.

#### 4.4. Rendimento I

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus ao seguinte rendimento ("Rendimento I"):

As Debêntures da 1ª Série farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, equivalentes a um percentual (a ser definido em processo de *bookbuilding*) da variação acumulada da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:



J = valor do Rendimento I, devido no final de cada Período de Capitalização I, conforme definido em 4.4.2 abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário não amortizado da Debênture no início de cada Período de Capitalização I (conforme definido no item 4.4.2 abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório, das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento do Rendimento I (conforme definida em 4.4.1 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

Onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização I, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

$\text{DI}_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:



O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

**4.4.1.** O Rendimento I das Debêntures da 1ª Série será pago semestralmente, a partir de 01 de julho de 2008 (cada data de pagamento de Rendimento I, uma "Data de Pagamento do Rendimento I"), sendo que a última Data de Pagamento do Rendimento I deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série. Desse modo, a primeira Data de Pagamento do Rendimento I será 01 de julho de 2008, a segunda Data de Pagamento do Rendimento I será 01 de janeiro de 2009 e as Datas de Pagamento do Rendimento I subseqüentes serão os mesmos dias 01 de julho e 01 de janeiro dos anos subseqüentes, até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

**4.4.2.** Define-se "Período de Capitalização I" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização I, ou na Data de Pagamento do Rendimento I imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização I, e termina na Data de Pagamento do Rendimento I seguinte.

**4.4.3.** Cada Período de Capitalização I sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série.

**4.4.4.** No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures da 1ª Série, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do 1º (primeiro) dia em que o Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias úteis ou da data da extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, conforme o caso, convocar a Assembléia Geral de Debenturistas

para definir, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de Rendimento I a ser proposto pela EMISSORA.

**4.4.5.** Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Rendimento I das Debêntures da 1ª Série entre a EMISSORA e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da 1ª Série em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A EMISSORA deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Rendimentos I devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento do Rendimento I, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo do Rendimento I aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, será utilizada na apuração da Taxa DI a última Taxa DI divulgada oficialmente, ou

(ii) A EMISSORA deverá (a) resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série; e (b) caso o cronograma estabeleça que o resgate será realizado em etapas, realizar sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei 6.404/76, que deverá compreender as Debêntures da 1ª Série. O referido sorteio deverá ser coordenado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme previsão do inciso XXI, artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83. Na hipótese do resgate realizado em etapas, o mesmo deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à ESCRITURA ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLIC, ou ainda, (iii) por meio da Instituição Depositária, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLIC. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das

Debêntures da 1ª Série pela EMISSORA, serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade de pagamento do Rendimento I continuará sendo aquela estabelecida nas Cláusulas 4.4.1 a 4.4.3 acima, (b) o fluxo de amortizações de principal deverá ser tal que resulte em um prazo médio ("duration") remanescente das Debêntures da 1ª Série igual ou inferior ao prazo médio ("duration") remanescente das Debêntures da 1ª Série se consideradas as amortizações de principal originalmente definidas na Cláusula 4.3 acima, (c) até o resgate integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizado o parâmetro de atualização definido pelos Debenturistas e apresentado à EMISSORA na referida Assembléia Geral de Debenturistas, e (d) deverá ser formalizado termo aditivo à ESCRITURA.

#### **4.5. Preço de Subscrição e Integralização**

4.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 1ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento I, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com a Cláusula 4.4 desta ESCRITURA.

4.5.2. A integralização das Debêntures da 1ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

### **CLÁUSULA V – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE**

#### **5.1 Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado na segunda Série ("Debêntures da 2ª Série") será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado em procedimento de *bookbuilding*.

#### **5.2. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 96 (noventa e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de julho de 2015, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor do Rendimento II (conforme definido abaixo) eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos desta ESCRITURA.



### 5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização II"):

Data da Amortização II	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1º de julho de 2008	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2009	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2010	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2011	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2012	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2013	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2014	R\$ 1.250,00
1º de julho de 2015	R\$ 1.250,00

As parcelas do Valor Nominal Unitário a serem amortizadas deverão ser atualizadas conforme disposto no item 5.4.1. Farão jus à Amortização II e aos juros, os titulares das Debêntures da 2ª Série ao final do dia útil anterior ao pagamento.

### 5.4. Rendimento II

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus ao seguinte rendimento ("Rendimento II"):

#### 5.4.1. Atualização II

As Debêntures da 2ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização II") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado II"), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado II, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, ou seja, R\$10.000,00 (dez mil reais) ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização II (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
 C = fator acumulado das variações mensais dos números-índice do IGP-M utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[ \frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}, \text{ onde:}$$

$NI_0$  = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

$NI_1$  = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

$NI_2$  = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

$NI_n$  = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IGP-M do mês de atualização. Considera-se mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia informado como referência para utilização do índice;

$NI_{n-1}$  = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base, sendo "dut" um número inteiro;

Para efeitos das definições acima, considera-se "data base" como sendo o primeiro dia útil de cada mês.

Caso no mês de atualização o número-índice do IGP-M não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão  $\left( \frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$ .



O número-índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando ~~idêntico~~ número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Observações:

- 1) Os fatores resultantes da expressão  $\left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dep_n}{del_n}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.
- 2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

5.4.1.1. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 30 (trinta) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 2ª Série, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do 1º (primeiro) dia em que o IGP-M não tenha sido divulgado pelo prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou da data de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M, conforme o caso, convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de Atualização II a ser proposto pela EMISSORA.

5.4.1.2. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização II das Debêntures da 2ª Série entre a EMISSORA e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da 2ª Série em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A EMISSORA deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Rendimentos II devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento dos Rendimentos II, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização II

aplicável às Debêntures da 2ª Série a serem resgatadas, será utilizado na apuração do fator "C" o último IGP-M divulgado oficialmente, ou

(ii) A EMISSORA deverá (a) resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série, e (b) caso o cronograma estabeleça que o resgate será realizado em etapas, realizar sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei 6.404/76, que deverá compreender as Debêntures da 2ª Série. O referido sorteio deverá ser coordenado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme previsão do inciso XXI, artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83. Na hipótese do resgate realizado em etapas, o mesmo deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à ESCRITURA ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio da Instituição Depositária, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures da 2ª Série pela EMISSORA, serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento dos Rendimentos II continuará sendo aquela estabelecida nas Cláusulas 5.4.2 e 5.5.2 abaixo, (b) o fluxo de amortizações de principal deverá ser tal que resulte em um novo prazo médio ("duration") remanescente das Debêntures da 2ª Série igual ou inferior ao prazo médio ("duration") remanescente das Debêntures da 2ª Série se consideradas as amortizações de principal originalmente definidas na Cláusula 5.3 acima, (c) até o resgate integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizado o parâmetro de atualização definido pelos Debenturistas e apresentado à EMISSORA na referida Assembléia Geral de Debenturistas, e (d) deverá ser formalizado termo aditivo à ESCRITURA.

#### 5.4.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização II

A Atualização II das Debêntures da 2ª Série será paga nas mesmas datas da Amortização II e o montante a ser pago deverá ser calculado com base na parcela do Valor Nominal Unitário efetivamente amortizado naquela data, conforme previsto no item 5.3 acima.

JUN 30  
2017

### 5.4.3 Juros

5.4.3.1. As Debêntures da 2ª Série renderão juros equivalentes a uma taxa a ser definida em processo de *bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado II conforme a Cláusula 5.4.1 acima, a partir do início de cada Período de Capitalização II (conforme definido abaixo), e pagos ao final de cada Período de Capitalização II, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

5.4.3.2. Define-se "Período de Capitalização II" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização II, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização II, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização II sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.4.3.3. O cálculo dos juros para as Debêntures da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = Valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização II, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado II ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado II, anteriormente descrito, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{DU}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, informada com 4 (quatro) casas decimais,

DU = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DU" um número inteiro; e



110139

Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente sempre nos dias 1º de julho, sendo o primeiro vencimento em 1º de julho de 2008 e o último em 1º de julho de 2015.

#### **5.5. Preço de Subscrição e Integralização**

5.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 2ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento II, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com as Cláusulas 5.4 e 5.5 desta ESCRITURA.

5.5.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures da 2ª Série não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado II a última projeção de IGP-M da ANDIMA, disponível no site [www.andima.com.br](http://www.andima.com.br), ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

5.5.3. A integralização das Debêntures da 2ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

#### **5.6. Venda em Conjunto**

As Debêntures desta 2ª Série serão vendidas em conjunto com as Debêntures da 3ª Série.

### **CLÁUSULA VI – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA TERCEIRA SÉRIE**

#### **6.1 Quantidade**

O número de Debêntures a ser alocado na terceira Série (“Debêntures da 3ª Série”) será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, conforme apurado em procedimento de *bookbuilding*.

#### **6.2. Prazo e Data de Vencimento**

O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série será de 90 (noventa) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de janeiro de 2015, data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série ainda não amortizado, juntamente



com o valor do Rendimento III (conforme definido abaixo), eventualmente devido, em moeda corrente, nos termos desta ESCRITURA.

### 6.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização III"):

Data da Amortização III	Parcela do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1º de janeiro de 2009	R\$ 1.428,00
1º de janeiro de 2010	R\$ 1.428,00
1º de janeiro de 2011	R\$ 1.428,00
1º de janeiro de 2012	R\$ 1.428,00
1º de janeiro de 2013	R\$ 1.428,00
1º de janeiro de 2014	R\$ 1.428,00
1º de janeiro de 2015	R\$ 1.432,00

As parcelas do Valor Nominal Unitário a serem amortizadas deverão ser atualizadas conforme disposto no item 6.4.1. Farão jus à Amortização III e aos juros, os titulares das Debêntures da 3ª Série ao final do dia útil anterior ao pagamento.

### 6.4. Rendimento III

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 3ª Série farão jus ao seguinte rendimento ("Rendimento III"):

#### 6.4.1. Atualização III

As Debêntures da 3ª Série terão seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização III") a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado III"), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado III, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, ou seja, R\$10.000,00 (dez mil reais) ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização III (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos números-índice do IGP-M utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[ \frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}, \text{ onde:}$$

NI<sub>0</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI<sub>1</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI<sub>2</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI<sub>n</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IGP-M do mês de atualização. Considera-se mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data de aniversário como sendo o dia informado como referência para utilização do índice;

NI<sub>n-1</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base, sendo "dut" um número inteiro;

Para efeitos das definições acima, considera-se "data base" como sendo o primeiro dia útil de cada mês.

Caso no mês de atualização o número-índice do IGP-M não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão  $\left( \frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right)$ .

O número-índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Observações:

1) Os fatores resultantes da expressão  $\left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dp_n}{dn}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.

2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

6.4.1.1. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 30 (trinta) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures da 3ª Série, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do 1º (primeiro) dia em que o IGP-M não tenha sido divulgado pelo prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou, da data de extinção ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M, conforme o caso, convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BCB/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de Atualização III a ser proposto pela EMISSORA.

6.4.1.2. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Atualização III das Debêntures da 3ª Série entre a EMISSORA e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures da 3ª Série em circulação, a EMISSORA, optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a EMISSORA a comunicar por escrito ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A EMISSORA deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Rendimentos III devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento dos Rendimentos III, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização

EMISSORA

III aplicável às Debêntures da 3ª Série a serem resgatadas, será utilizado na apuração do fator "C" o último IGP-M divulgado oficialmente, ou

(ii) A EMISSORA deverá (a) resgatar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série, e (b) caso o cronograma estabeleça que o resgate será realizado em etapas, realizar sorteio nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei 6.404/76, que deverá compreender as Debêntures da 3ª Série. O referido sorteio deverá ser coordenado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme previsão do inciso XXI, artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83. Na hipótese do resgate realizado em etapas, o mesmo deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à ESCRITURA ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio da Instituição Depositária, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC. Nesta alternativa, durante o prazo de resgate das Debêntures da 3ª Série pela EMISSORA, serão observados os seguintes requisitos: (a) a periodicidade do pagamento dos Rendimentos III continuará sendo aquela estabelecida nas Cláusulas 6.4.2 e 6.5.2 abaixo, (b) o fluxo de amortizações de principal deverá ser tal que resulte em um novo prazo médio ("duration") remanescente das Debêntures da 3ª Série igual ou inferior ao prazo médio ("duration") remanescente das Debêntures da 3ª Série se consideradas as amortizações de principal originalmente definidas na Cláusula 6.3 acima, (c) até o resgate integral das Debêntures da 3ª Série, será utilizado o parâmetro de atualização definido pelos Debenturistas e apresentada à EMISSORA na referida Assembléia Geral de Debenturistas, e (d) deverá ser formalizado termo aditivo à ESCRITURA.

#### 6.4.2. Periodicidade de Pagamento da Atualização III

A Atualização III das Debêntures da 3ª Série será paga nas mesmas datas da Amortização III e o montante a ser pago deverá ser calculado com base na parcela do Valor Nominal Unitário efetivamente amortizado naquela data, conforme previsto no item 6.3 acima.





### 6.4.3. Juros

6.4.3.1. As Debêntures da 3ª Série renderão juros equivalentes a uma taxa a ser definida em procedimento de *bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado III conforme a Cláusula 6.4.1 acima, a partir do início de cada Período de Capitalização III (conforme definido abaixo), e pagos ao final de cada Período de Capitalização III calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

6.4.3.2. Define-se "Período de Capitalização III" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização III, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização III, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização III sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.4.3.3. O cálculo dos juros para as Debêntures da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = Valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização III, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado III ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado III, anteriormente descrito, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ 1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right]^{\frac{DU}{252}} \right\}, \text{ onde:}$$

taxa = taxa de juros fixa, informada com 4 (quatro) casas decimais,

DU = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DU" um número inteiro; e

Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização III, serão devidos anualmente sempre nos dias 1º de janeiro, sendo o primeiro vencimento em 1º de janeiro de 2009 e o último em 1º de janeiro de 2015.

#### **6.5. Preço de Subscrição e Integralização**

6.5.1. O preço de subscrição das Debêntures da 3ª Série será o seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento III, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com as Cláusulas 6.4 e 6.5 desta ESCRITURA.

6.5.2. Caso, até a data de subscrição das Debêntures da 3ª Série não haja divulgação do IGP-M, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado III a última projeção de IGP-M da ANDIMA, disponível no site [www.andima.com.br](http://www.andima.com.br), ou na sua falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

6.5.3. A integralização das Debêntures da 3ª Série será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLC.

#### **6.6. Venda em Conjunto**

As Debêntures desta 3ª Série serão vendidas em conjunto com as Debêntures da 2ª Série.

### **CLÁUSULA VII - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA**

7.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o AGENTE FIDUCIÁRIO de outra forma autorize, a EMISSORA obriga-se a:

(a) utilizar os recursos oriundos da EMISSÃO, nesta ordem e nos termos da Cláusula 7.2., para (i) pagar empréstimo ponte; (ii) pagar dívidas; (iii) reforçar capital de giro; e (iv) pagar dividendos.

(b) autorizar os auditores independentes da EMISSORA a entrar em contato direto com o AGENTE FIDUCIÁRIO para dirimir questões acerca da contabilidade e operações da EMISSORA, e fornecer cópia de tal autorização ao AGENTE FIDUCIÁRIO;

(c) fornecer imediatamente as informações sobre a EMISSORA e seus ativos que o

AGENTE FIDUCIÁRIO eventualmente requerer;

(d) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da EMISSORA, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da EMISSORA ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos (A) do Contrato de Concessão Rodoviária nº 003/CR/1998 ("Contrato de Concessão"), celebrado em 30 de março de 1998, entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP ("Contratante"), e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - Via Oeste S.A. ("Concessionária"), e/ou (B) desta ESCRITURA;

(e) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer processo judicial ou administrativo, incluindo, mas sem se limitar a, processos administrativos perante a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo) ou outros órgãos governamentais, que afetem ou que possam afetar adversamente, de forma significativa, a EMISSORA e seus ativos, ou a capacidade da EMISSORA de cumprir suas obrigações nos termos desta ESCRITURA e/ou do Contrato de Concessão;

(f) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento relevante por parte da EMISSORA ou da ARTESP de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Concessão;

(g) fornecer imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia de qualquer comunicação enviada pela ARTESP à EMISSORA relativa a uma possível causa de término ou resolução do Contrato de Concessão;

(h) manter vigentes as apólices de seguro conforme estabelecido pelo Contrato de Concessão;

(i) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta ESCRITURA, e (B) Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo); e

(j) manter todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente com relação às licenças e autorizações requeridas nos termos do Contrato de Concessão.

7.2. Os recursos oriundos da EMISSÃO deverão ser utilizados na seguinte proporção para



os propósitos indicados na Cláusula 7.1.(a):

	%
Empréstimo-Ponte	6
Dívidas	50
Reforço de Capital de Giro	6
Dividendos	38

## CLÁUSULA VIII - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

### 8.1. Aquisição Facultativa

8.1.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento, calculado *pro rata temporis*, desde as Datas de Emissão ou da data de último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei 6.404/76.

8.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

8.1.3. As Debêntures adquiridas pela EMISSORA para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

8.1.4. O Conselho de Administração da EMISSORA terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

### 8.2. Amortização Antecipada

8.2.1 As Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries poderão ser amortizadas antecipadamente a partir de 1º de julho de 2011, em sua totalidade ou parcialmente mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado não amortizado, acrescido do Rendimento aplicável e acrescido também de um prêmio, conforme o seguinte cálculo:

$P = d/D * 0,80\%$ , onde:

P = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor de amortização;

$d$  = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data da efetiva amortização e a Data de Vencimento das Debêntures da Série resgatada;

$D$  = quantidade de dias corridos entre 1º de julho de 2011 e a Data de Vencimento das Debêntures resgatada.

**8.2.2** Na hipótese de amortização antecipada, a EMISSORA deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO e, se for o caso, os Credores Adicionais, de sua intenção, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data da amortização antecipada, devendo, ainda, ser publicado um comunicado, nos termos da Cláusula 3.14 acima, em até 20 (vinte) dias contados a partir da data da referida notificação, informando: (i) data; (ii) volume ou número de Debêntures que pretende amortizar; (iii) série das Debêntures que pretende amortizar e (iv) procedimento de amortização.

## **CLÁUSULA IX - DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **9.1. Vencimento Antecipado**

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir, mediante notificação, o imediato pagamento pela EMISSORA do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento aplicável, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto nas Cláusulas 4.4, 5.4 e 6.4, a partir das respectivas Datas de Emissão ou da última data de pagamento de Rendimento aplicável, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à EMISSORA, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"), os quais a EMISSORA reconhece desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela EMISSORA relativamente às Debêntures:

- (a) liquidação, dissolução, pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da EMISSORA ou da CCR;
- (b) propositura, pela EMISSORA, ou pela CCR de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela EMISSORA ou pela CCR, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

ANEXO

(c) não pagamento, pela EMISSORA, de qualquer parcela do Valor Nominal Unitário, Rendimento aplicável ou quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas, nas respectivas datas de vencimento;

(d) protestos de títulos contra a EMISSORA, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA;

(e) a EMISSORA distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre apresentarem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:

(A) Dívida Líquida / EBITDA  $\leq 3,0$

Onde:

- Dívida = todas as obrigações a pagar da EMISSORA relacionadas às Debêntures, dívidas financeiras permitidas nas alíneas (iii), (iv) e (v), do item p) desta Cláusula;
- Dívida Líquida = Dívida (-) caixa, bancos e aplicações financeiras; e
- EBITDA = lucro (prejuízo) operacional (+) depreciação e amortização (-) receitas e despesas financeiras (+) amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão.

Caso o cálculo deste índice seja feito com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o EBITDA deve ser calculado considerando os últimos 12 (doze) meses.

(B) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")  $\geq 1,2$

Onde:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Caixa} + \text{juros, fees e outros débitos relacionados à Dívida}}{\text{Serviço da Dívida pago no referido período}}$$



11055  
23 07 07

sendo:

- Dívida = mesmo resultado atribuído no item (A) acima;
- Caixa = lucro líquido após impostos (+) depreciação e amortização (+) outras despesas não-caixa (-) outros créditos não-caixa do período de referência; e
- Serviço da Dívida = todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o referido período. No caso de tomada de capital de giro e/ou empréstimo-ponte para o complemento do pagamento do Serviço da Dívida dos Financiamentos, com a liquidação do referido capital de giro e/ou empréstimo-ponte dentro do mesmo período, o Serviço da Dívida a ser aqui considerado deverá ser líquido do efeito da liquidação do capital de giro e/ou empréstimo-ponte.

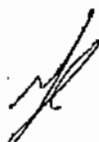
Caso o cálculo do ICSD seja feito com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o Serviço da Dívida deve contemplar os pagamentos de principal e juros das Debêntures efetuados nestes primeiros 6 (seis) meses.

(f) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA e nos Contratos de Garantia, observados os períodos de cura previstos;

(g) o Contrato de Penhor (i) for objeto de questionamento judicial pela EMISSORA ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta ESCRITURA e/ou no Contrato de Penhor, desde que o penhor não seja substituído pela EMISSORA no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de notificação escrita neste sentido; (ii) não for constituído; (iii) for anulado; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;

(h) a EMISSORA deixar de pagar qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento;

(i) vencimento antecipado das dívidas permitidas descritas no item (p) abaixo;



(j) extinção da concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a EMISSORA é titular;

(k) as declarações e garantias prestadas pela EMISSORA da Cláusula 13.2 abaixo, bem como as prestadas pela CCR e pela EMISSORA nos termos dos Contratos de Garantia, forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas; -

(I) a EMISSORA transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta ESCRITURA, sem a prévia anuência do AGENTE FIDUCIÁRIO, como representante dos Debenturistas;

(m) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela EMISSORA, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela EMISSORA, de suas obrigações relativas às Debêntures;

(n) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a EMISSORA ou a CCR, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;

(o) a transferência do controle acionário da EMISSORA, sem a prévia e expressa autorização do AGENTE FIDUCIÁRIO, representando os Debenturistas;

(p) a EMISSORA contrair ou manter, sem o consentimento do AGENTE FIDUCIÁRIO, qualquer dívida diversa das abaixo listadas: (i) as Debêntures; (ii) dívidas subordinadas; (iii) empréstimos de capital de giro contraídos no curso normal das atividades da EMISSORA, que não excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), devidamente corrigidos monetariamente pelo mesmo índice de reajuste da tarifa nos termos do Contrato de Concessão; (iv) dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para as quais tenham sido acordados os mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão (“Dívidas Adicionais”) até o limite do índice financeiro de Dívida Líquida sobre o EBITDA restritivo à distribuição de dividendos, as quais compartilharão as mesmas garantias dos Contratos de Garantia na proporção dos respectivos saldos devedores; e (v) outras dívidas, desde que (a) aprovadas



em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação, e (b) seja observado o limite estabelecido no item "a", parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;

(q) a EMISSORA criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da EMISSORA, exceto: (i) aqueles previstos nos Contratos de Garantia; (ii) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da EMISSORA, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela EMISSORA, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final; e (iii) ônus ou gravames exigidos nos termos do Contrato de Concessão;

(r) a EMISSORA prestar fiança ou outras garantias ou assumir obrigações de qualquer natureza em benefício de terceiros;

(s) a EMISSORA celebrar qualquer tipo de acordo ou contrato pelo qual qualquer espécie de receitas ou lucros da EMISSORA sejam divididos com ou atribuídos a qualquer pessoa, exceto programas de participação nos lucros e resultados instituídos em benefício de empregados da EMISSORA nos termos da lei;

(t) a EMISSORA deter participação societária em qualquer sociedade;

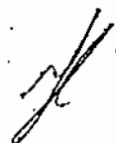
(u) a EMISSORA efetuar empréstimos, adiantamentos, ou manter depósitos (exceto por depósitos com bancos comerciais no curso normal dos negócios) ou investimentos (exceto por investimentos líquidos que tenham por finalidade exclusiva remunerar fundos disponíveis da EMISSORA, em estrita conformidade com os Contratos de Garantia) com qualquer pessoa ou sociedade;

(v) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da EMISSORA;

(x) a EMISSORA vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; e

(z) a EMISSORA tomar qualquer atitude que resulte no término do Contrato de Concessão.

9.1.1. Em relação ao item (e), as restrições relativas aos índices financeiros propostos valerão apenas a partir de 1º de janeiro de 2008.



9.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (h), (i), (j), (n), (o), (p), (q), (r), (s), (t), (u), (v), (x) e (z) da Cláusula 9.1 acima, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

9.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (g), (k), (l) e (m) da Cláusula 9.1 acima, os quais deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o mesmo poderá ser sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de conhecimento da respectiva ocorrência pela EMISSORA ou da notificação recebida do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do *caput* da Cláusula 9.1 acima, o que ocorrer primeiro ("Período de Cura"), sem que seja decretado o vencimento antecipado das Debêntures.

9.3.1. Nesse caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar a Assembléia Geral de Debenturistas no primeiro dia útil subsequente à data do término do Período de Cura. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

9.4. Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembléia Geral de Debenturistas prevista na cláusula anterior, seja na primeira ou na segunda convocação, ou ainda, por falta de quorum de instalação ou aprovação, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido do Rendimento aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

9.5. A transferência do controle acionário da EMISSORA dependerá da prévia aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, em assembléia especialmente convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela EMISSORA das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação.

9.6. Em conformidade com o artigo 231 da Lei 6.404/76, a incorporação, a fusão ou a cisão da EMISSORA dependerá da prévia aprovação de 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim, dispensada tal aprovação se a EMISSORA assegurar aos Debenturistas que o

desejarem, a aquisição pela EMISSORA das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

## **CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**10.1.** A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

- (a) encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO: (i) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração, e do parecer dos auditores independentes; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos; (iii) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.14 acima; (iv) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente EMISSÃO; (v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;
- (b) convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente EMISSÃO, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;
- (c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis;
- (f) manter atendimento adequado aos Debenturistas, através do seu Diretor de Relações com Investidores, para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, nem realizar operações fora do curso normal dos negócios ou das condições de mercado vigentes à época;

(h) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;

(k) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao AGENTE FIDUCIÁRIO os relatórios de classificação de risco; e (iii) comunicar em até 12 (doze) dias ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures; e

(l) encaminhar imediatamente à CVM e ao AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior.

## **CLÁUSULA XI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **11.1. Nomeação**

A EMISSORA constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como o AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas da EMISSÃO, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da ESCRITURA, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

11.1.1. O exercício permanente da função de AGENTE FIDUCIÁRIO é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

### **11.2. Declarações**

#### **11.2.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:**

(a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta ESCRITURA;



(c) aceitar integralmente a ESCRITURA, todas as suas cláusulas e condições; e

(d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades competentes; e

(e) ter verificado a regularidade da constituição da garantia real das Debêntures desta EMISSÃO, bem como o valor dos bens dados em garantia, e que se compromete a observar a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade.

11.2.2. A EMISSORA, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

### 11.3. Substituição

11.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

11.3.2. Se a convocação da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 11.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

11.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 12.3.7 abaixo.

11.3.4. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta ESCRITURA, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

11.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.



UNESP

**11.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

**11.3.7.** O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

**11.3.8.** A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser operada por meio de aditamento à presente ESCRITURA.

**11.3.9.** O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da ESCRITURA e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

**11.3.10.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos emanados da CVM.

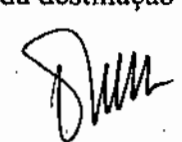
#### **11.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente ESCRITURA, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

11030

- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, a inscrição desta ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas;
- (k) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela EMISSORA; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA; (vi) acompanhamento da destinação dos



ANEXO

recursos captados através da EMISSÃO de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da EMISSORA; (ii) no local indicado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; (iii) na CVM; (iv) no Bovespa Fix e no SND; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "o" acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à instituição depositária, à CETIP e à CBLIC;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao Bovespa Fix e (iii) ao SND;

(t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como, o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

(u) intimar a EMISSORA a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação; e

(v) verificar o cumprimento pela EMISSORA da obrigação prevista no item 10.1(k) acima bem como encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação.





### 11.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) declarar, observadas as condições da ESCRITURA, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da EMISSORA; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

11.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" da Cláusula anterior se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

### 11.6. Remuneração

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequentes.
- (b) Em caso de não cumprimento pela EMISSORA, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO uma remuneração adicional

MISSORA

equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 05 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de "relatório de horas" à EMISSORA, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures requerido pela EMISSORA, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com EMISSORA e/ou Debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos debenturistas;

(c) O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à EMISSORA com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a EMISSORA não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela EMISSORA, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(d) As remunerações em atraso do AGENTE FIDUCIÁRIO serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

(e) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação do IGP-M, acumulado no respectivo período, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;

(f) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;

(g) Em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros,



enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e

(i) As remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **CLÁUSULA XII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS**

### **12.1. Convocação**

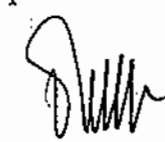
12.1.1. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

12.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta ESCRITURA.

### **12.2. Quorum de Instalação**

12.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

12.2.2. Para os efeitos da presente ESCRITURA, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela EMISSORA



ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou ligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

### 12.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### 12.4. Quorum de Deliberação

12.4.1. Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

12.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 9.3.1 desta ESCRITURA dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação

12.4.3. As alterações do prazo de vigência das Debêntures, das datas de amortização de principal, dos Contratos de Garantia e do Rendimento aplicável dependerão de aprovação de Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, exceto pelas alterações das matérias tratadas nas cláusulas 4.1, do Contrato de Penhor, cujo quorum de aprovação será de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

12.4.4. O AGENTE FIDUCIÁRIO fica desde já autorizado a aditar os Contratos de Garantia para os fins previstos na cláusula 9.1. (p) (v) desta ESCRITURA.

12.4.5. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta ESCRITURA dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

12.4.6. Na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 30 (trinta) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M ou 10 (dez) dias úteis da Taxa DI, conforme o caso, o quorum necessário para definição do novo Rendimento aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação.

ANEXO

12.4.7. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta ESCRITURA e nos Contratos de Garantia dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

12.4.8. A deliberação de matérias que impliquem em redução ou extinção de direitos e/ou garantias de apenas uma das séries de Debêntures dependerá da aprovação dos Debenturistas da referida série, conforme quorum previsto para a matéria.

### CLÁUSULA XIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

#### 13.1. Declarações e Garantias do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA, na data da assinatura desta ESCRITURA, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (c) esta ESCRITURA contém obrigações válidas e vinculantes do AGENTE FIDUCIÁRIO, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) não tem qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções; e
- (e) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6404/76.

#### 13.2. Declarações e Garantias da EMISSORA

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO, na data da assinatura da ESCRITURA, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



(b) a celebração desta ESCRITURA e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;

(d) esta ESCRITURA e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da EMISSORA, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) o prospecto da EMISSÃO contém e conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à EMISSORA, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente EMISSÃO, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(f) as declarações, informações e fatos contidos no prospecto da EMISSÃO em relação à EMISSORA são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas no prospecto da EMISSÃO em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis,

(h) não há fatos relativos à EMISSORA que, nas respectivas datas de cada prospecto da EMISSÃO, ou relativos às Debêntures não divulgados no prospecto da EMISSÃO, cuja omissão, no contexto dessa EMISSÃO, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da EMISSÃO seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(i) as demonstrações financeiras da EMISSORA, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da EMISSORA e foram devidamente elaboradas em conformidade com os

princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

(j) as informações da EMISSORA relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da EMISSORA e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(k) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(l) exceto pelas contingências informadas no prospecto da EMISSÃO, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade.

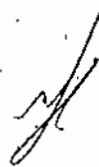
#### **CLÁUSULA XIV - DAS DESPESAS**

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures e do penhor constituído nos termos do Contrato de Penhor, incluindo publicações, registros, contratação do AGENTE FIDUCIÁRIO, da instituição depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e ao Penhor.

#### **CLÁUSULA XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente ESCRITURA. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

15.2. Esta ESCRITURA é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



JUL 10 2007

15.3. Fica eleito o Foro da Cidade do São Paulo, "Estação do São Paulo" para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta ESCRITURA e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta ESCRITURA, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 10 de julho de 2007.




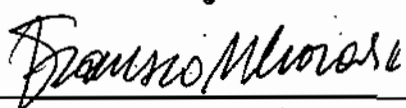


10339

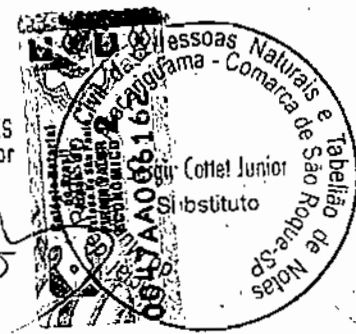
PÁGINA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, COM GARANTIA REAL, DA CONCESSIONÁRIA DE  
RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S/A

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE  
S/A

  
Nome: JOSE BRAZ CIOFFI  
Cargo: Diretor Presidente

  
Nome: FRANCISCO MENDES DE MORAES NETO  
Cargo: DIRETOR

Reconheço por semelhança as firmas de: FRANCISCO MENDES  
DE MORAES NETO e JOSE BRAZ CIOFFI em documento com valor  
econômico, dou fé.  
Aracaju, 15 de Julho de 2007.  
Em testemunho da verdade.  
Sendo Cotel Junior Substituto  
Valida e autentica com selo de autenticidade  
Firma 8,40: 2-00409463200006244





13.º TABELÃO

**PÁGINA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, COM GARANTIA REAL, DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S/A**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**



Nome:  
Cargo:

*[Handwritten signature]*

Nome:  
Cargo:

*[Handwritten signature]*

**13.º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIS MARQUES**  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04501-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança C/V Econômico a(s) firma(s) de  
**MAURICIO DA COSTA RIBEIRO** (157637)  
São Paulo, 16 de julho de 2007. Em Tes. da verdade.  
**HELIO SOARES PIOLIN** ESCRITURANTE AUTORIZADO  
**WILLIAMS ALVES DE MELO** AUXILIAR  
Válido somente para o Seio de Autenticidade - Nº 0097/160707  
Valor: R\$4.30



JUCESP

PÁGINA DE ASSINATURA ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, COM GARANTIA REAL, DA CONCESSIONÁRIA DE  
RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S/A

Testemunhas:

Mauri Tan  
Nome: MAURICIA TAKAYANAGI  
R.G.: 20.281.382-4

Luciana  
Nome: Luciana Freire de Lima Pereira  
R.G.: 01.932.654-X

[Signature]

